



CONCURSO PÚBLICO

COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA

Artigo n.º 20.º, n.º 1, alínea a) do CCP

PROCESSO DE AQUISIÇÃO N.º 102/2025– CPI/DASR

RECOLHA DE EFLUENTES DOMÉSTICOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE

PREÇO BASE

267.000,00 EUROS

(IVA nos termos do disposto no código do imposto sobre o valor acrescentado, em vigor)



PARTE I
CLÁUSULAS JURÍDICAS
Capítulo I
DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.ª

OBJETO

O objeto do contrato consiste na Recolha de efluentes domésticos no Concelho da Marinha Grande, para o período de 12 meses.

CLÁUSULA 2.ª

CONTRATO

1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado e os seus anexos e será reduzido a escrito.

2 – O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- f) Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.

3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados;

4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 3.ª

PRAZO EXECUÇÃO

1 – O contrato tem a duração de 12 meses, com início em data a indicar no contrato, prevista para 1 de setembro de 2025.

2 – Findo o prazo de duração do contrato e não sendo esgotadas as quantidades nele previstas, nem atingido o preço contratual, não é conferido ao adjudicatário o direito a qualquer indemnização, seja a que título for.



CAPÍTULO II OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

SUBSECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 4.ª

OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO ADJUDICATÁRIO

1 — Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de prestar os serviços de acordo com o discriminado no caderno de encargos - cláusulas técnicas;
- b) Obrigação de executar o objeto do contrato com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
- c) Obrigação de acompanhar a execução do objeto do contrato;
- d) Obrigação de prestar as informações que forem solicitadas pelos serviços municipais;
- e) Obrigação de realizar o objeto do contrato, nas condições de prazo de entrega e preço contratados;
- f) Obrigação de assumir plena responsabilidade pelo objeto do contrato, sendo o único responsável perante o Município da Marinha Grande;
- g) Obrigação de garantir o sigilo quanto à informação a que o pessoal envolvido no objeto de contrato venha a ter acesso;
- h) Obrigação de responder por todos os atos, de quaisquer pessoas que no âmbito do contrato para ele exerçam funções, sem prejuízo da responsabilidade que pelo Município possa ser exigida a essas mesmas pessoas;
- i) Obrigação de comparecer a reuniões convocadas pela entidade adjudicante, para acompanhamento da execução dos serviços objeto de contrato.

2 — A título acessório, o cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

SUBSECÇÃO II DEVER DE SIGILO

CLÁUSULA 5.ª

OBJETO DO DEVER DE SIGILO

1 — O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município da Marinha Grande, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 — A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 — Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.



CLÁUSULA 6.ª

PRAZO DO DEVER DE SIGILO

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE

CLÁUSULA 7.ª

PREÇO CONTRATUAL

1 — Pela execução do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o Município da Marinha Grande, deve pagar ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 — O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município da Marinha Grande, (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

CLÁUSULA 8.ª

FATURAÇÃO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1 — A faturação deve ser efetuada mensalmente em função das quantidades inerentes aos serviços prestados. A faturação deve ser efetuada de forma detalhada, devendo toda a faturação ser remetida para a Plataforma de Faturação Eletrónica | Saphety.

2 — Os pagamentos serão efetuados contra a apresentação de faturas ou documentos contabilísticos similares nos serviços financeiros da Câmara Municipal da Marinha Grande, desde que os mesmos cumpram todos os requisitos legais preceituados no CIVA e que os valores faturados correspondam à execução do objeto do contrato.

3 — A(s) quantia(s) devidas pelo contraente público, nos termos do n.º 1, deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias após a receção no Município da Marinha Grande das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

4 — Em caso de discordância por parte do Município da Marinha Grande, quanto aos valores indicados nas faturas ou documentos similares, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de novo documento corrigido.

5 — A entidade adjudicante só procede ao pagamento dos serviços efetivamente prestados.

6 — Os pagamentos só são efetuados com a apresentação pelo cocontratante à entidade adjudicante das declarações de situação regularizada referentes a contribuições para a Segurança Social e impostos devidos ao Estado Português, devidamente atualizadas.

7 — O cocontratante pode dar consentimento de consulta das declarações de situação contributiva para com a segurança social e impostos devidos ao Estado Português ao Município da Marinha Grande.

8 — Os pagamentos serão efetuados através de cheque ou transferência bancária, devendo ser indicado email para efeitos de comunicação dos pagamentos e ou transferências efetuadas.



CAPÍTULO III

SANÇÕES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

CLÁUSULA 9.ª

SANÇÕES CONTRATUAIS

1 — Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município da Marinha Grande pode exigir do cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Em situações não urgentes, o cocontratante deverá garantir que a recolha de efluentes é efetuada num prazo máximo de 5 dias (úteis), após a entrega dos requerimentos pela entidade adjudicante. O cocontratante ficará sujeito ao pagamento de uma sanção pecuniária por cada dia de atraso no valor de 150,00€.
- b) Em situações urgentes, o cocontratante deverá garantir que a recolha de efluentes é efetuada num prazo máximo de 1 dia (útil), após a entrega dos requerimentos pela entidade adjudicante.

O cocontratante ficará sujeito ao pagamento de uma sanção pecuniária por cada dia de atraso no valor de 200,00€.

- c) Para determinação das situações referidas nas alíneas acima o Município da Marinha Grande deverá fazer menção nos requerimentos a satisfazer com carácter de urgência.

2 — O valor acumulado das sanções a aplicar não poderá exceder o limite máximo de 20% do preço contratual. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e o contraente público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

3 — Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, o contraente público pode exigir-lhe uma sanção pecuniária de 20% do preço contratual.

4 — Ao valor da sanção pecuniária previsto no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo cocontratante ao abrigo da alínea a) e b) do n.º 1, relativamente serviços objeto do contrato cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.

5 — O contraente público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6 — Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município da Marinha Grande, tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.

7 — As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o contraente público exija uma indemnização pelo dano excedente.

CLÁUSULA 10.ª

FORÇA MAIOR

1 - A não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior não será havida como incumprimento, pelo que não deverão, nesses casos, ser impostas sanções ao prestador de serviços;

2 - Entende-se como casos de força maior o conjunto de circunstâncias que impossibilitem a realização pontual das prestações, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.



3 – Desde que verificados os requisitos do número anterior, poderão constituir casos de força maior, entre outros, os tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

4 - Não constituem casos de força maior:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo prestador de serviços, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento de normas legais pelo prestador de serviços;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência deste ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços, não resultantes de sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

5 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deverá ser imediatamente comunicada à outra parte.

6 - A força maior determinará a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 11.ª

RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município da Marinha Grande pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente pelo incumprimento de qualquer das obrigações enunciadas no n.º 1, da cláusula 4ª, deste caderno de encargos, por período igual ou superior a 3 dias.

CLÁUSULA 12.ª

RESOLUÇÃO POR PARTE DO ADJUDICATÁRIO

1 — A resolução contratual por iniciativa do cocontratante está sujeita aos termos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo cocontratante.

CAPÍTULO IV

CAUÇÃO E SEGUROS

CLÁUSULA 13.ª

CAUÇÃO

Não é exigida a prestação de caução nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos.



CLÁUSULA 14.ª

SEGUROS

Serão da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as obrigações relativas ao pessoal utilizado na prestação de serviços, assim como, o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente, aquela relativa à celebração de seguros de acidentes de trabalho, ao cumprimento do horário de trabalho e à contratação de trabalhadores imigrantes, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.

CAPÍTULO V

REVISÃO DE PREÇOS

CLÁUSULA 15.ª

REVISÃO DE PREÇOS

O contrato não está sujeito a revisão de preços.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 16.ª

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.

CLÁUSULA 17.ª

PREÇO BASE

O preço total máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela totalidade do objeto do contrato é 267.000,00 euros, IVA nos termos do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, em vigor, fundamentado com base em consultas preliminares ao mercado, que poderão ser consultados pelos concorrentes após o término da data de entrega das propostas.



PARTE II | PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

CLÁUSULA 1.ª

ÂMBITO E OBJETO

1 – As cláusulas desta Parte II do Caderno de Encargos aplicam-se ao contrato a celebrar com o subcontratante que trate dados pessoais por conta do Município da Marinha Grande (MMG), no âmbito da prestação de serviços de *“Recolha e transporte de efluentes domésticos no Concelho da Marinha Grande”*, dando assim cumprimento ao disposto no artigo 28.º do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 - Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD).

2 - A execução dos contratos previstos no n.º 1 implica o acesso e o tratamento de dados pessoais, estando sujeita ao regime jurídico definido no RGPD e na Lei da Proteção de Dados Pessoais - Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, relativos à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados.

3 – São objeto de tratamento os seguintes tipos de dados pessoais: Identificativos e sociais (nomeadamente:

- Dados dos munícipes que requerem o serviço junto dos serviços da autarquia: Nº Processo, Nome, Nome Completo, Morada 1, Nº Porta, Código Postal, Localidade, NIF, telefone

CLÁUSULA 2.ª

DEFINIÇÕES

Para efeitos desta Parte II do Caderno de Encargos considera-se:

- a) “Dados pessoais”, informação relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável («titular dos dados»); é considerada identificável uma pessoa singular que possa ser identificada, direta ou indiretamente, em especial por referência a um identificador, como por exemplo um nome, um número de identificação, dados de localização, identificadores por via eletrónica ou a um ou mais elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social dessa pessoa singular;
- b) “Tratamento”, operação ou um conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição;
- c) “Subcontratante” / “subcontratante inicial”, pessoa singular ou coletiva que trate os dados pessoais por conta do MMG, enquanto responsável pelo tratamento de dados pessoais;
- d) “Subcontratante ulterior”, pessoa singular ou coletiva contratada pelo subcontratante/subcontratante inicial, para realizar operações específicas de tratamento de dados pessoais, e que fica vinculada às mesmas obrigações legais e contratuais deste último;
- e) “Colaborador”, toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que forneça serviços ao subcontratante, nomeadamente representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do respetivo vínculo jurídico;
- f) “Violação de dados pessoais”, uma violação da segurança que provoque, de modo acidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso, não autorizados, a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento.

CLÁUSULA 3.ª

SUBCONTRATANTES

1- O Município da Marinha Grande (MMG) recorre apenas a subcontratantes que apresentem garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas, de uma forma que o tratamento satisfaça os requisitos do RGPD e assegure a defesa dos direitos dos titulares dos dados.

2 - O tratamento dos dados pessoais em subcontratação é regulado por contrato escrito, incluindo em formato eletrónico, que vincule o subcontratante ao MMG e que estabeleça o objeto, duração, natureza e finalidade do tratamento, tipo de dados pessoais, categorias dos titulares dos dados e as obrigações e direitos do Município.



3 – O subcontratante trata os dados pessoais apenas mediante instruções documentadas do MMG.

CLÁUSULA 4.ª

SUBCONTRATAÇÃO

1 – O MMG pode autorizar, por escrito, o subcontratante, designado como “subcontratante inicial” a contratar subcontratantes, designados “subcontratantes ulteriores” para a realização de operações específicas de tratamento de dados pessoais.

2 - Para efeitos do número anterior, o subcontratante inicial deve:

- a) Notificar o MMG, por escrito, da sua intenção de recorrer a subcontratantes ulteriores fornecendo, para o efeito, a identificação completa, sede ou estabelecimento principal, devendo ainda identificar as operações específicas de tratamento de dados a realizar pelos subcontratantes ulteriores;
- b) Garantir que os subcontratantes ulteriores adotam medidas técnicas e organizativas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco, de modo a garantir a proteção dos dados pessoais;
- c) Garantir que os subcontratantes ulteriores aceitam, expressamente, as mesmas obrigações previstas no contrato celebrado entre o MMG e o subcontratante inicial.

3 – A relação entre o subcontratante inicial e os subcontratantes ulteriores é formalizada através de contrato escrito, do qual conste, obrigatoriamente, que:

- a) Os subcontratantes ulteriores aceitam e cumprem todas as obrigações previstas no contrato celebrado entre o MMG e o subcontratante inicial;
- b) Os subcontratantes ulteriores conservam, pelo menos até ao termo do contrato celebrado entre o MMG e o subcontratante inicial um registo de todas as categorias de atividades de tratamento de dados realizadas;
- c) O subcontratante inicial reconhece e assume que continua a ser plenamente responsável, perante o MMG, pelo incumprimento, por parte subcontratantes ulteriores, das obrigações referidas na alínea anterior.

4 - Sem prejuízo do disposto no número 2, o subcontratante inicial mantém-se, perante o MMG, responsável pelo cumprimento de todas as suas obrigações contratuais.

5 – O subcontratante inicial deve enviar cópia do contrato referido no número 2 ao MMG, no prazo máximo de 5 dias úteis após a data da sua assinatura.

CLÁUSULA 5.ª

OBRIGAÇÕES DO SUBCONTRATANTE

1 – Constituem obrigações do subcontratante em matéria de tratamento de dados pessoais:

- a) Utilizar os dados pessoais objeto de tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato não podendo, em caso algum, utilizar os dados para fins próprios;
- b) Prestar assistência e informação ao MMG através de medidas técnicas e organizativas adequadas para permitir que este cumpra as suas obrigações de resposta aos pedidos dos titulares de dados e de cumprimento das orientações ou decisões da autoridade de controlo;
- c) Adotar medidas técnicas e organizativas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco, de modo a garantir a proteção dos dados pessoais, em particular contra a destruição, perda e alterações acidentais ou ilícitas, e divulgação ou acesso não autorizados aos mesmos;
- d) Cumprir o RGPD e demais legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, de forma a assegurar que o MMG não incorra na violação de qualquer das suas obrigações quanto ao tratamento de dados pessoais;
- e) Prestar assistência ao MMG permitindo que este cumpra as suas obrigações em caso de violação de dados pessoais;
- f) Disponibilizar, a pedido do MMG, todas as informações e facultar, para efeitos de auditoria e inspeção, o acesso aos suportes de tratamento de dados pessoais, necessários à demonstração do cumprimento das obrigações legais e contratuais;
- g) Não partilhar, copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe tenham sido transmitidos pelo MMG, salvo nos casos em que tenha havido autorização expressa deste ou decorra de cumprimento de obrigação legal.



- h) Garantir que os seus colaboradores ou quaisquer outras pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais se comprometem, de forma expressa e por escrito, a respeitar a confidencialidade, aceitando vincular-se a obrigações idênticas às que se aplicam ao subcontratante nos termos do contrato, adotando também as medidas de segurança correspondentes;
- i) Apoiar o MMG na resposta aos pedidos dos titulares dos dados, no âmbito do exercício dos seus direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade;
- j) Conservar, pelo menos até ao termo do contrato, um registo de todas as categorias de atividades de tratamento de dados realizadas em nome do MMG;
- k) Prestar todos os esclarecimentos que lhe sejam solicitados pelo MMG ou pelo seu Encarregado de Proteção de Dados;
- l) Informar prontamente o MMG, sempre que intimado a fornecer acesso a dados pessoais por qualquer autoridade competente, incluindo tribunais, órgãos de polícia criminal ou a Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), mantendo o MMG informado sobre todos os procedimentos e diligências tomadas, respeitando, se for caso disso, as orientações legítimas por este fornecidas;
- m) Garantir, conjuntamente com o MMG, o exercício dos direitos por parte dos titulares dos dados.

2 – Findo o contrato e de acordo com instruções do MMG, o subcontratante apaga ou devolve-lhe todos os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento, apagando as cópias existentes, salvo se a conservação dos dados for legalmente exigida.

3 – Para efeitos do disposto no número anterior, o subcontratante envia ao MMG declaração em como efetuou o apagamento dos dados e das respetivas cópias

CLÁUSULA 6.ª

OBRIGAÇÕES DO MMG

Constituem obrigações do MMG enquanto responsável pelo tratamento de dados pessoais:

- a) Aplicar as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar e poder comprovar que o tratamento é realizado em conformidade com o RGPD;
- b) Cumprir o RGPD, incluindo as orientações da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), nas instruções fornecidas ao subcontratante quanto ao tratamento de dados pessoais a efetuar ao abrigo do contrato a celebrar;
- c) Facultar ao subcontratante o acesso aos dados pessoais necessários à prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar e informá-lo de todas as circunstâncias relevantes para a realização do tratamento dos dados e de eventuais riscos envolvidos;
- d) Comunicar ao subcontratante qualquer alteração que se tenha verificado nos dados pessoais em tratamento e que possam afetar a atividade daquele;
- e) Supervisionar o tratamento dos dados, designadamente através da realização de inspeções e auditorias, se necessárias, as quais serão dirigidas pelo MMG ou por qualquer outra entidade por este designada;
- f) Garantir o exercício dos direitos por parte dos titulares dos dados pessoais.

CLÁUSULA 7.ª

SEGURANÇA DO TRATAMENTO DOS DADOS

No tratamento dos dados pessoais, MMG e o subcontratante devem aplicar as medidas técnicas e organizativas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco, incluindo, consoante o que for adequado:

- a) A pseudonimização e a cifragem dos dados pessoais;
- b) A capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas e dos serviços de tratamento;
- c) A capacidade de restabelecer a disponibilidade e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico;
- d) Um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento.



CLÁUSULA 8.ª

CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

- 1 – O MMG e o subcontratante assumem um compromisso de confidencialidade quanto aos dados pessoais a que têm acesso por força da celebração do contrato.
- 2 – A obrigação de confidencialidade e de sigilo vincula as partes durante a vigência do contrato e subsiste após a sua cessação, independentemente do motivo que lhe dê causa.

CLÁUSULA 9.ª

RESPONSABILIDADES

- 1 - O subcontratante inicial e os subcontratantes ulteriores são responsáveis por eventuais danos causados pelo tratamento de dados, em caso de incumprimento das suas obrigações contratuais e da legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais.
- 2 – O subcontratante inicial e os subcontratantes ulteriores são responsáveis pelo pagamento de quaisquer coimas, indemnizações ou sanções, aplicadas por factos que lhes sejam imputáveis e que hajam causado danos materiais ou imateriais aos titulares dos dados, em resultado da violação dos contratos celebrados, do RGPD e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais.

CLÁUSULA 10.ª

AVALIAÇÕES DE IMPACTO SOBRE A PROTEÇÃO DE DADOS

- 1 - Sempre que o tratamento de dados, pela sua natureza e finalidades, seja suscetível de implicar um elevado risco para os direitos e liberdades das pessoas singulares, o MMG efetua, antes de iniciar o tratamento, uma avaliação de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção dos dados, solicitando para o efeito, a colaboração e auxílio do subcontratante.
- 2 – Nas situações previstas no número anterior o MMG solicita o parecer do seu Encarregado de Proteção de Dados (EPD).
- 3 - Após a realização das avaliações de impacto, o subcontratante colabora com o MMG na implementação de ações de mitigação dos riscos de privacidade que hajam sido identificados.

CLÁUSULA 11.ª

VIOLAÇÕES DE DADOS E REQUISITOS DE NOTIFICAÇÃO

- 1 – O subcontratante obriga-se a notificar por escrito o MMG de forma imediata e, em qualquer circunstância, no prazo máximo de 24 horas, através dos endereços de correio eletrónico geral@cm-mgrande.pt e dpo@cm-mgrande.pt, de qualquer violação de segurança de dados pessoais ocorrida no âmbito do contrato, nomeadamente destruição acidental, não autorizada ou ilegal, perda, alteração, divulgação e acesso não autorizado.
- 2 – A notificação prevista no número anterior deve incluir:
 - a) A descrição detalhada da natureza da violação de dados em causa;
 - b) As categorias e o número aproximado de titulares de dados afetados;
 - c) As categorias e o número aproximado de registos de dados pessoais em causa;
 - d) A descrição das consequências prováveis da violação de dados pessoais;
 - e) A descrição das medidas por si adotadas ou a adotar para reparar a violação de dados ocorrida, incluindo, se for caso disso, as medidas para atenuar os seus eventuais efeitos negativos.
- 3 - Caso não seja possível fornecer todas as informações ao mesmo tempo, estas podem ser fornecidas por fases e sem demora injustificada.
- 4 – O subcontratante presta assistência ao MMG para que este assegure o cumprimento das suas obrigações em caso de violação de dados pessoais.



5. O subcontratante deve tomar medidas imediatas para investigar a violação da segurança dos dados, identificar, prevenir e mitigar os seus efeitos negativos e realizar as ações necessárias para reparar ou sanar a referida violação.

6. Ao subcontratante é vedada a disponibilização ou publicação de qualquer ficheiro, comunicação, aviso, *press release*, ou relatório sobre qualquer violação de segurança de dados, sem prévia autorização escrita do MMG.

CLÁUSULA 12.ª

DIREITO DE INDEMNIZAÇÃO E RESPONSABILIDADE

A indemnização devida pelos danos materiais ou imateriais sofridos pelos titulares de dados pessoais e a responsabilidade do MMG e do subcontratante por tais danos, causados por um tratamento violador das obrigações contratuais, do RGPD e demais legislação aplicável em matéria de tratamento de dados, rege-se pelo disposto no artigo 82.º do citado RGPD.

CLÁUSULA 13.ª

SUSPENSÃO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

Sem prejuízo de outros fundamentos de suspensão e de resolução do contrato previstos na Parte I deste Caderno de Encargos, e na lei, a existência de fortes indícios de incumprimento do contrato ou de incumprimento das normas constantes do RGPD e demais legislação aplicável em matéria de proteção de dados pessoais, é causa bastante para a suspensão do contrato, sendo que a efetiva existência de uma dessas situações de incumprimento é causa bastante para a sua resolução.

CLÁUSULA 14.ª

OMISSÕES E DIREITO APLICÁVEL

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado nesta Parte II do Caderno de Encargos são aplicáveis as disposições constantes do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 - Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), na Lei da Proteção de Dados Pessoais - Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto e demais legislação aplicável em matéria de tratamento e proteção de dados pessoais.

CLÁUSULA 15.ª

COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

Quaisquer comunicações ou notificações entre as partes devem ser efetuadas por escrito, preferencialmente através dos seguintes endereços de correio eletrónico: geral@cm-mgrande.pt e dpo@cm-mgrande.pt



PARTE III - CLAUSULAS TÉCNICAS

CLÁUSULA 1.ª

OBJETO DO FORNECIMENTO

O objeto do contrato consiste na prestação de serviços de recolha de efluentes domésticos até ao limite máximo de 26.700m³, no concelho da Marinha Grande.

CLÁUSULA 2.ª

PRAZO EXECUÇÃO

1 — O contrato tem a duração de 12 meses com início previsto a 1 de setembro de 2025.

2 — Findo o prazo referido no número anterior e não sendo esgotadas as quantidades previstas no início deste procedimento, o contrato dá-se por concluído, sendo que ao adjudicatário não é conferido o direito a qualquer indemnização.

CLÁUSULA 3.ª

ÁREA DE INTERVENÇÃO

A recolha incidirá na área das freguesias da Marinha Grande, Vieira de Leiria e Moita.

CLÁUSULA 4.ª

CONSTITUIÇÃO DA EQUIPA

O Adjudicatário obriga-se a afetar à prestação de serviços, os meios humanos necessários, para constituir 1 (uma) equipa de intervenção, constituída no mínimo por 1 (um) motorista e (um) ajudante.

CLÁUSULA 5.ª

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO EQUIPAMENTO A AFETAR À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O adjudicatário tem de disponibilizar pelo menos uma viatura diária apetrechada com mangueiras adequadas à prestação do serviço objeto do presente contrato, independentemente das dimensões necessárias para a boa execução do mesmo.

Atento aos prazos estabelecidos para prestação do serviço objeto do presente contrato, sempre que se justificar, deverá o adjudicatário disponibilizar mais viaturas para a execução do serviço, sempre acompanhado dos meios humanos necessários.

Todas as viaturas postas ao serviço de recolha de efluentes, deverão ter disponível um sistema de observação da quantidade de efluente recolhido e sistema de contagem dos m³ efetivamente recolhidos, de modo que ao final do dia os serviços da entidade adjudicante, possam confirmar as quantidades recolhidas.



CLÁUSULA 6.ª

FORMA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

1.A recolha de efluentes será efetuada todos os dias da semana, exceto domingos e feriados, podendo, contudo, nestes dias ser efetuada recolha a título excecional.

2.A entidade adjudicante entregará diariamente a listagem dos requerimentos dos munícipes, para recolha de efluentes domésticos.

3.O adjudicatário, sempre que possível, deve obter do município a assinatura comprovativa do despejo efetuado.

Diariamente o adjudicatário entregará os documentos comprovativos da recolha de efluentes domésticos efetuados.

4.O adjudicatário deverá garantir a correta execução dos serviços requisitados pelo Município da Marinha Grande, cumprindo os prazos estabelecidos para a prestação do serviço, independentemente do número de viaturas afetas, das dimensões das viaturas e dos acessórios (mangueiras), necessários à boa execução do mesmo.

5.O adjudicatário deverá garantir que a recolha de efluentes é efetuada num prazo máximo de 5 dias (úteis), após a entrega dos requerimentos, referidos anteriormente.

6.A recolha de efluentes deverá ser efetuada num prazo máximo de 1 dia (útil) nos requerimentos classificados, pela entidade adjudicante, com carácter de urgência.

7.As recolhas dos efluentes far-se-ão, no horário compreendido entre as 08h00 e as 17h00.

8.Durante o horário referido no número anterior o adjudicatário fica obrigado a prestar o serviço objeto do presente contrato, a título exclusivo para o Município da Marinha Grande.

9.As descargas dos efluentes recolhidos serão, obrigatoriamente, efetuadas nas ETAR da Zona Industrial da Marinha Grande e Vieira de Leiria, exceto em casos pontuais, em que o Município determinará a nova localização.

10.As descargas dos efluentes recolhidos far-se-ão, preferencialmente, no horário compreendido entre as 08h00 e as 17h00.

11.Sempre que o adjudicatário verificar alguma diferença entre a quantidade de efluente recolhida em fossa séptica e a quantidade de efluente indicada no documento entregue pela entidade adjudicante deverá comunicar de imediato ao gestor do contrato.

12.O transporte dos resíduos e dos efluentes resultantes da limpeza deve ser efetuado em segurança e minimizando a libertação de odores, devendo sempre garantir-se que os pesados em circulação se encontrem limpos e em boas condições de manutenção, de modo a evitar derrames sobre as vias de circulação.

13.O Adjudicatário é responsável por garantir a segurança dos trabalhadores, das pessoas empregadas a qualquer título e de quem circula próximo da zona de trabalho.

14.O Adjudicatário é responsável por garantir a iluminação, vigilância e sinalização do local onde se encontra a trabalhar.



15.O Adjudicatário é ainda responsável por garantir a adoção de medidas que visem reduzir, quando possível, o incomodo a utentes, vizinhos e passantes, quando os trabalhos se localizarem nas proximidades das habitações.

16.O Adjudicatário é o único responsável por todos os acidentes ou danos, quer pessoais quer materiais, que os trabalhos de execução da presente aquisição de serviços possam causar.

17. O cocontratante deverá ser devidamente licenciado para o transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem, de acordo com o estipulado na Portaria 335/97, de 16 de maio.

CLÁUSULA 7.ª

FISCALIZAÇÃO PELA ENTIDADE ADJUDICANTE

Os serviços do adjudicatário poderão ser fiscalizados e verificados diariamente por parte do Município da Marinha Grande, que poderá efetuar as inspeções que considere necessárias nas áreas envolvidas.